

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Sugestão Legislativa nº 123 de 2008

Sugere a realização do Seminário: “
20 Anos da Constituição: Desafios para
Garantir a Aplicabilidade do Direito
Humano à Terra e ao Território”.

Autor: Terra de Direitos: Organização
Civil pelos Direitos Humanos

Relator: Deputado Adão Pretto

I – RELATÓRIO

A presente iniciativa, apresentada pela ONG Terra de Direitos, tem por objetivo realizar Seminário para debater o direito territorial dos povos tradicionais, os indígenas e quilombolas, bem como, a realização da reforma agrária garantidos na Constituição de 1988.

Justifica-se a realização do referido Seminário pois encontra-se inserido nos debates que comemoram os 20 anos da Constituição Cidadã. Entendemos que a demarcação e titulação de territórios indígenas e quilombolas, e a realização de uma efetiva reforma agrária encontram-se aquém do direito conquistado e com imensa dívida social para com estas populações.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No momento em que celebramos os 20 anos da Constituição Federal, chamada Constituição Cidadã, é de fundamental importância reconhecer e reafirmar o papel que os diversos movimentos sociais cumpriram no envio de propostas transformadas em emendas populares, mobilização social e coleta de milhares de assinaturas que culminaram na construção da Carta Magna de nosso país.

Muitos artigos da Constituição não foram regulamentados até hoje, e muitas Leis não foram implementadas. Estes dois motivos impulsionam e suscitam muitas lutas sociais e debates, especialmente no que se refere ao acesso e direito à terra pelas populações tradicionais, quilombolas, indígenas e especialmente, a

não realização da reforma agrária e seus entraves, entre os quais, o não cumprimento da função social da terra.

Nossa Constituição Federal garantiu a democratização do acesso a terra, no entanto, passados 20 anos estas garantias não foram plenamente realizadas deixando um imenso passivo social. A concentração fundiária é uma realidade praticamente intocada, aguçada pelo avanço do agronegócio e do domínio das empresas multinacionais produtoras de monocultivos para exportação.

Por outro lado, os povos indígenas continuam cerceados de seu direitos enquanto nação, a demarcação de suas terras está cada vez mais subordinada aos interesses dos que detêm o poder político local. As comunidades quilombolas, de igual forma, estão submetidas a especulação imobiliária e aos interesses financeiros de grandes grupos econômicos, que chegam ao absurdo de acusar comunidades indígenas e quilombolas de entravar o desenvolvimento econômico e de representar perigo a soberania nacional.

Portanto, entendo ser de fundamental importância quando celebramos os 20 anos da Constituição Cidadã que esta Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados seja parceira na promoção deste Seminário para debater os desafios e a aplicabilidade do direito à terra e ao território.

Diante do exposto, manifestamo-nos favorável à realização do referido Seminário, originado na Sugestão Legislativa n.º 123/2008.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 2008.

Deputado ADÃO PRETTO
Relator